



## CERTIDÃO

**UM: CERTIFICO** que a fotocópia anexa a esta certidão está conforme o original. \_\_\_\_\_

**DOIS:** Que foi extraída, neste Cartório, da escritura exarada de folhas **47** a folhas **49** do livro de notas para escrituras diversas **número 35 -A, deste Cartório**, mais respetivo **documento complementar**. \_\_\_\_\_

**TRÊS:** Que ocupa nove **folhas**, incluindo esta, numeradas e por mim rubricadas, leva aposto o selo branco em uso neste Cartório. \_\_\_\_\_

Cartório Notarial na Póvoa de Varzim, da Lic. Júlia Maria dos Santos Lobo Monteiro, 2017.09.08. \_\_\_\_\_

A Notária,

(Lic. Júlia Lobo Monteiro, inscrita na O.N. com a cédula profissional 372)

(NIF 216653908)

Conta registada sob nº 2017003/ 1162 *h*



## ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS

\_\_\_\_ No dia oito de setembro de dois mil e dezassete, perante mim, Lic. **Júlia Maria dos Santos Lobo Gonçalves Monteiro**, Notária com Cartório sito na Rua Cidade do Porto, n.º 191, na cidade da Póvoa de Varzim, compareceram como outorgantes: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ A).- **FREDERICA MARIA GOMES FERREIRA**, CC 15353395 1ZY3, emitido pela República Portuguesa, válido até 2022.02.05, solteira, maior, natural da freguesia e concelho da Póvoa de Varzim, residente na rua Dr. Leonardo Coimbra, n.º 12, 1.º esquerdo, nesta cidade da Póvoa de Varzim; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ B).- **RITA MARIA NUNES TOMAZ**, CC 15179836 2ZY7, emitido pela República Portuguesa, válido até 2021.09.26, solteira, maior, natural da freguesia e concelho da Póvoa de Varzim, residente na rua de Mourões, n.º 220, 2.º esquerdo, nesta cidade da Póvoa de Varzim, que intervêm como membros da direção e em representação da associação denominada: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **“ETHOS, PATHOS, LOGOS - ASSOCIAÇÃO”**, pessoa coletiva **513 282 920**, com sede na rua Dr. Leonardo Coimbra, n.º 18, 1.º esquerdo, da união das freguesias da Póvoa de Varzim, Beiriz e Argivai, concelho Póvoa de Varzim, fundada em vinte e quatro de outubro de dois mil e catorze, cujos estatutos foram alterados por escritura outorgada em quinze de janeiro de dois mil e quinze, lavrada a folhas dois e seguintes, do livro de notas para escrituras diversas número cinquenta e seis - D, Cartório Notarial de Maria Idalina Fernandes Pereira Amador, na Póvoa de Varzim, cuja qualidade e



834

suficiência de poderes para este acto verifiquei respectivamente face aos estatutos e à alteração daqueles pela mencionada escritura; e, ainda, pela deliberação da Assembleia Geral de trinta de junho de dois mil e dezassete e auto de tomada de posse dos Órgãos Sociais de treze de setembro de dois mil e dezasseis para o ano de dois mil e dezasseis-dois mil e dezassete, cujas actas **arquivo** públicas-formas. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Verifiquei a identidade das outorgantes por exibição dos referidos documentos de identificação. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **E DECLARARAM NA SUA INVOCADA QUALIDADE:** \_\_\_\_\_

\_\_\_ Que, em execução do deliberado na dita reunião de trinta de junho da Assembleia Geral, decidem alterar os artigos “**Quarto**”, “**Quinto**”, “**Sexto**” e “**Sétimo**”, dos estatutos da associação, que passa a ter a seguinte redação: \_\_\_\_\_

\_\_\_ **Artigo 4.º (Órgãos)** \_\_\_\_\_

\_\_\_ 1. São órgãos da associação a assembleia geral, a direção e o conselho fiscal. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 2. O mandato dos titulares dos órgãos sociais tem a duração que o regulamento interno determine. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **Artigo 5.º (Assembleia Geral)** \_\_\_\_\_

\_\_\_ 1. A mesa da assembleia geral é um órgão independente dos restantes órgãos da associação, não sendo a sua constituição decidida pela direção ou conselho fiscal. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 2. A assembleia geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 3. A competência da assembleia geral e a forma do seu

funcionamento são estabelecidos nos artigos 170.º, 172.º e 179.º, do Código Civil português. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 4. A mesa da assembleia geral é constituída por número ímpar de associados, competindo-lhes dirigir as reuniões da assembleia e lavrar as respetivas atas. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **Artigo 6.º (Direção)** \_\_\_\_\_

\_\_\_ 1. A direção, eleita em assembleia geral, é composta por um número ímpar e igual ou superior a três associados. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 2. À direção compete a gerência social, administrativa e financeira da associação, e representar a associação em juízo e fora dele. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 3. A forma do seu funcionamento é estabelecida no artigo 171.º, do Código Civil português. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 4. A associação obriga-se com a intervenção de dois membros da direção. \_\_\_\_\_

\_\_\_ **Artigo 7.º (Conselho fiscal)** \_\_\_\_\_

\_\_\_ 1. O conselho fiscal, eleito em assembleia geral, é composto por um número ímpar de associados. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 2. Ao conselho fiscal compete fiscalizar os atos administrativos e financeiros da direção, fiscalizar as suas contas e relatórios, e dar parecer sobre os atos que impliquem aumento das despesas ou diminuição das receitas. \_\_\_\_\_

\_\_\_ 3. A forma do seu funcionamento é a estabelecida no artigo 171.º do Código Civil português. \_\_\_\_\_

\_\_\_ Mais, aditam o artigo “Oitavo A” àqueles Estatutos, com a



JTH

seguinte redação: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ **Artigo 8.º A** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Pode a assembleia geral determinar: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 1. Conforme disposto no n.º 1, do artigo 170.º, do Código Civil, outro processo de escolha dos titulares dos órgãos da associação; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 2. Conforme disposto no n.º 2, do artigo 171.º, do Código Civil, as deliberações dos órgãos podem ser tomadas com outra maioria, e os presidentes dos mesmos podem ver o seu direito de voto de desempate revertido; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 3. Conforme disposto no n.º 2, do artigo 173.º, do Código Civil, outro número ou porção de associados com legitimidade para convocar a assembleia geral; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 4. Conforme disposto no n.º 2, do artigo 174.º, do Código Civil, permitir que a assembleia geral seja convocada mediante publicação do respetivo aviso nos termos legalmente previstos para os atos das sociedades comerciais; \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ 5. Conforme disposto no n.º 5, do artigo 175.º, do Código Civil, um número superior de votos para as deliberações compreendidas nos n.º s 1, 2, 3 e 4, do artigo 175.º, do Código Civil. \_\_\_\_\_

\_\_\_\_ Que a redação atualizada dos estatutos com as alterações constantes desta escritura fica a constar do documentar complementar elaborada nos termos do n.º 2, do artigo 64º do Código do Notariado, que fica a fazer parte integrante desta escritura, cujo conteúdo conhecem perfeitamente pelo que se dispensa a sua leitura. \_\_\_\_\_



Júlia Lobo Monteiro NOTÁRIA
Livro: <u>314</u>
Fls.: <u>48</u>
<u>4</u>

\_\_\_\_ Foi feita aos outorgantes a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo.

[Signature]  
[Signature]

A Notária,

[Signature]

Conta registada sob o nº 2017003/1162 4



# ESTATUTOS DA ASSOCIAÇÃO ETHOS, PATHOS, LOGOS

*[Handwritten signature]*  
167

## ARTIGO 1º Denominação, sede e duração

1. A associação, sem fins lucrativos, tem a denominação de Ethos, Pathos, Logos - Associação, e tem a sede na Rua Dr. Leonardo Coimbra número 12, 1º esquerdo, 4490 621 Póvoa de Varzim, freguesia de Póvoa de Varzim concelho da Póvoa de Varzim, e constitui-se por tempo indeterminado.
2. A associação tem o número de pessoa coletiva 513282920 e o número de identificação na segurança social 25132829207.

## ARTIGO 2º Fim

A associação tem como fim: Promover a criação, a investigação, a inovação e o desenvolvimento, bem com o conhecimento, a divulgação e a fruição de várias áreas artísticas, nomeadamente, teatro, teatro de marionetas, teatro de rua, acrobacia, malabarismos, música, dança, cinema, artes digitais, artes plásticas e cruzamentos disciplinares. Desenvolver a aptidão dos jovens para a cidadania, cooperação e a solidariedade entre os jovens na base da realização de iniciativas culturais, desportivas, sociais, recreativas e lúdicas; promover o debate e a difusão de notícias e informações relativas à juventude. Desenvolver iniciativas de sensibilização que visem o alargamento de públicos, procurando assim o desenvolvimento da transdisciplinaridade, contribuindo para o património cultural, através da partilha dos seus produtos, em formatos de produção de espetáculos, mostras, edição, publicação, exposição, criação de eventos e ciclos dedicados. Estimular o intercâmbio e cooperação com indivíduos, associações e instituições nacionais e internacionais que prossigam objetivos idênticos aos da associação.

## ARTIGO 3º Receitas

Constituem receitas da associação, designadamente:

- a) a jóia inicial paga pelos sócios;
- b) o produto das quotizações fixadas pela assembleia geral;
- c) os rendimentos dos bens próprios da associação e as receitas das atividades sociais;
- d) as liberalidades aceites pela associação;
- e) os subsídios que lhe sejam atribuídos.

## ARTIGO 4º Órgãos

- 1824
1. São órgãos da associação a assembleia geral, a direção e o conselho fiscal.
  2. O mandato dos titulares dos órgãos sociais tem a duração que o regulamento interno determine.

#### **ARTIGO 5º** **Assembleia Geral**

1. A mesa da assembleia geral é um órgão independente dos restantes órgãos da associação, não sendo a sua constituição decidida pela direção ou conselho fiscal.
2. A assembleia geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos.
3. A competência da assembleia geral e a forma do seu funcionamento são estabelecidos nos artigos 170.º, 172.º e 179.º, do Código Civil português.
4. A mesa da assembleia geral é constituída por número ímpar de associados, competindo-lhes dirigir as reuniões da assembleia e lavrar as respetivas atas.

#### **ARTIGO 6º** **Direção**

1. A direção, eleita em assembleia geral, é composta por número ímpar e igual ou superior a 3 associados.
2. À direção compete a gerência social, administrativa e financeira da associação, e representar a associação em juízo e fora dele.
3. A forma do seu funcionamento é estabelecida no artigo 171º do Código Civil português.
4. A associação obriga-se com a intervenção de dois membros da direção.

#### **ARTIGO 7º** **Conselho Fiscal**

1. O Conselho Fiscal, eleito em assembleia geral, é composto por um número ímpar de associados.
2. Ao conselho fiscal compete fiscalizar os atos administrativos e financeiros da direção, fiscalizar as suas contas e relatórios, e dar parecer sobre os atos que impliquem aumento das despesas ou diminuição das receitas.
3. A forma do seu funcionamento é a estabelecida no artigo 171º do Código Civil português.

#### **ARTIGO 8º** **Admissão e exclusão**

As condições de admissão e exclusão dos associados, suas categorias, direitos e obrigações, constarão de regulamento a aprovar pela assembleia geral.

#### **ARTIGO 8º - A**

Pode a assembleia geral determinar:

1. Conforme disposto no número 1 do artigo 170 do Código Civil, outro processo de escolha dos titulares dos órgãos da associação;



1894

2. Conforme disposto no número 2 do artigo 171 do Código Civil, as deliberações dos órgãos podem ser tomadas com outra maioria, e os presidentes dos mesmos podem ver o seu direito de voto de desempate revertido;

3. Conforme disposto no número 2 do artigo 173 do Código Civil, outro número ou porção de associados com legitimidade para convocar a assembleia geral;

4. Conforme disposto no número 2 do artigo 174 do Código Civil, permitir que a assembleia geral seja convocada mediante publicação do respetivo aviso nos termos legalmente previstos para os atos das sociedades comerciais;

5. Conforme disposto no número 5 do artigo 175 do Código Civil, um número superior de votos para as deliberações compreendidas nos números 1, 2, 3 e 4 do artigo 175 do Código Civil.

#### **ARTIGO 9º** **Extinção. Destino dos bens.**

Extinta a associação, o destino dos bens que integrarem o património social, que não estejam afetados a fim determinado e que não lhe tenham sido doados ou deixados com algum encargo, será objeto de deliberação dos associados.

Rita Tomaz

Indira Perera

A. Martins

Felipe Roberto